

## OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO UM NOVO *LOCUS* DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Fernanda Bartoly Gonçalves de Lima<sup>1</sup>

### RESUMO

O presente trabalho busca analisar os discursos políticos que incidem sobre a formação de professores nos Institutos Federais, considerando questões referentes à vinculação da formação docente a instituições especializadas em educação profissional e tecnológica. A partir dessa análise, percebe-se que a concepção política que consolida os Institutos Federais como locus de formação de professores parte do pressuposto que o perfil ideológico do professor deve ser reformado, tornando-se mais objetivo, se aproximando de uma concepção pragmática da formação de professores.

**Palavras-chave:** Institutos Federais. Políticas educacionais. Formação de professores.

### ABSTRACT

This work aims to analyze the political speeches that focus on teacher formation in the Federal Institutes, considering issues related to the linking of teacher formation in institutions specializing in professional and technological education. From this analysis, it is perceived that the political conception that consolidates the Federal Institutes as locus of teacher formation assumes that the ideological profile of the teacher should be reformed to become more objective, approaching a pragmatic conception of teacher formation.

**Key-words:** Federal Institutes. Educational politics. Teacher formation.

### INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Mestre em Educação (UnB). Doutoranda em Educação (UnB). Professora do Instituto Federal de Brasília. fernanda.lima@ifb.edu.br

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), criados pela Lei nº 11.892 de 29 de dezembro de 2008, são instituições de educação profissional, básica e superior. Apesar de terem sido criados há sete anos, os IF se originam das primeiras escolas de caráter profissional no Brasil, as Escolas de Aprendizes Artífices, instituídas em 1909. Durante os mais de 100 anos de educação profissional no país, as Escolas de Aprendizes Artífices passaram por diversas transformações até se tornarem os Institutos Federais. A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), acompanhada por sua expansão pelo território brasileiro, faz parte das políticas de expansão da educação superior, incluindo as políticas específicas voltadas para a formação de professores, iniciadas durante o governo do então presidente Lula. De forma a assegurar essa política, há, na Lei nº 11.892/2008, em seu art. 7º, a prerrogativa de que os Institutos Federais devem ofertar “[...] cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL, 2008). Seguindo para o art. 8º da mesma Lei, é exposto que todos os IF devem garantir o mínimo de 20% de suas vagas para cursos voltados para a formação de professores (BRASIL, 2008). Ou seja, esses cursos possuem uma normativa quantitativa e uma indicação para se voltarem a determinadas áreas do conhecimento – ciências da natureza, da matemática e para educação profissional – demonstrando que há um foco para as licenciaturas dentro dos IF.

Sobre os motivos que levam a obrigatoriedade da formação de professores para os Institutos Federais, Lima e Silva (2011) indicam que a principal razão defendida para essa iniciativa se relaciona à escassez de professores no Brasil. E realmente há uma demanda de professores no país, como mostram os dados de Moura (2010), que ao discorrer sobre a necessidade de licenciaturas nos IF, afirma que há uma carência de 235.000 professores para o Ensino Médio no Brasil, particularmente em Física, Química, Matemática e Biologia, sendo 55.000 só para a disciplina de Física (BRASIL, 2007). Além

disso, Gatti e Barreto (2009) apontam que 735.628 professores que atuam na educação brasileira não possuem nível superior de escolarização.

Aliar a expansão de licenciaturas dentro dos Institutos Federais à escassez de professores na educação básica parece não só razoável, mas também óbvio. No entanto “a obviedade não coincide com a perspicuidade e a clareza da coisa em si; ou melhor, ela é a falta de clareza da representação da coisa” (KOSIK, 1976, p. 27), pois significa negligenciar a totalidade da realidade que deflagra a falta de professores. Desta forma, se desconsideram as pesquisas que demonstram a desistência do trabalho docente devido à intensidade gerada pelas atuais configurações do trabalho do professor, que resulta em problemas no equilíbrio psicológico, gerando sofrimento (CODD; VASQUEZ-MENEZES, 2006), exaustão emocional, perda da identidade profissional (KUENZER; CALDAS, 2009) e a imperiosa necessidade do professor trabalhar mesmo quando se encontra em seu espaço-tempo doméstico (FIDALGO; FIDALGO, 2009).

Para além de conclusões aparentemente simples, cursos de licenciaturas oferecidos nos Institutos Federais significam uma formação de professores em instituições especializadas na oferta de educação profissional e tecnológica (BRASIL, 2008, art. 2º). Nesse sentido, vale ressaltar que os Institutos Federais constituem uma organização de ensino com certas particularidades: possuem um histórico específico relacionado à educação profissional; têm uma variedade de níveis dos cursos ofertados; e realizam seu vínculo com o Ministério da Educação (MEC) por meio da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que traz para os IF uma missão com a profissionalização do país em seu aspecto técnico e tecnológico. Portanto, as licenciaturas oferecidas pelos Institutos revelam um *locus* diferente daquelas oferecidas por outras instituições de educação superior.

Considerando que a legislação institui uma reserva de vagas para a formação de professores pelos Institutos Federais, estas instituições se consolidam como

um *locus* de formação docente, com as características específicas de uma instituição tecnológica. Essa consolidação levanta questões ligadas à vinculação da formação docente a instituições especializadas em educação profissional e tecnológica.

Além disso, consolidar uma instituição especializada em educação profissional como formadora de professores apenas pela necessidade quantitativa de docentes torna vazia esta proposição política. Desta forma, tem-se uma política com a finalidade de suprir uma necessidade pontual, enquanto seria necessário um projeto político que permeasse essa ação, considerando todas as implicações da formação de professores em Institutos Federais.

Sendo assim, abre-se espaço para questionamentos a respeito dos movimentos políticos que inter cruzam a vinculação da formação docente a uma instituição especializada em educação profissional e tecnológica. Esta problemática resume-se na seguinte pergunta: Quais os pressupostos políticos que permeiam a consolidação dos Institutos Federais como *locus* de formação de professores? Neste sentido, a pesquisa tem como objetivo compreender os pressupostos políticos da formação de professores localizada nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, abordando o entendimento desta formação e seu *locus* no contexto histórico, político e social, a fim de revelar perspectivas e modelos de formação de professores gestados como política pública, contribuindo com o debate sobre a formação de professores.

Segundo Sousa e Beraldo (2009) essas normatizações sobre formação de professores nos IF podem gerar uma crise de identidade de tais instituições, uma vez que elas devem formular projetos educativos para atender alunos de diversas faixas etárias e níveis de ensino. Lembrem que o histórico dessas instituições está diretamente relacionado à formação de profissionais para áreas técnicas. As experiências na formação de professores são recentes e restritas a algumas instituições. Afirmam, ainda, que esse quadro tem implicações no trabalho docente e pode comprometer a qualidade do ensino.

Desta forma, a pesquisa surge como uma oportunidade de analisar as diretrizes políticas no âmbito da formação de professores, a partir do momento em que estas foram normatizadas na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, por meio dos Institutos Federais. Considerando a atualidade do objeto e do problema, há uma escassez de bibliografia sobre o tema, confirmado por Silva (2010), que conclui que a oferta das licenciaturas pelos IF, em que pese o seu grande impacto social e educacional, ainda está ausente dos mais expressivos instrumentos de divulgação científica do país. Sendo assim, a pesquisa configura-se como uma possibilidade de avanço sobre conhecimento específico nesse campo. Além disso, pretende-se, com este estudo, que as licenciaturas oferecidas pelo Instituto Federal, ao serem elaboradas ou reestruturadas, possuam um embasamento teórico sobre os pressupostos políticos que estão presentes na consolidação dos IF como *locus* de formação de professores.

Compreendendo o objeto de conhecimento como independente do sujeito, a base lógica da presente investigação é a dialética, entendida a partir do materialismo histórico. Desta forma a pesquisa inicia-se pelo existente, pelo concreto-dado (SILVA, 2008). Para apreender a realidade concreta a que se refere o objeto da pesquisa, foi realizada, além de uma pesquisa bibliográfica, a coleta e a análise de documentos oficiais produzidos e publicados pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Os documentos oficiais produzidos e publicados pela SETEC foram alcançados por meio do compartilhamento de arquivos proporcionados pela internet.

Visto que o foco da pesquisa se encontra em seu aspecto político, buscou-se também uma fonte que representasse o dirigente máximo dos Institutos Federais. A partir desta prerrogativa, definiu-se que seria necessário realizar entrevistas com os reitores dos IF, pois estes são os responsáveis pelas decisões políticas de sua instituição. Estas entrevistas, resguardando as limitações quanto ao tempo destinado a este estudo, foram feitas com um percentual dos sujeitos estabelecidos. Sendo assim, os reitores foram selecionados considerando a região onde atuam, buscando um para cada

região do país: Norte, Nordeste, Centro-oeste, Sudeste e Sul. Considerando que existem 38 Institutos Federais, chega-se ao mesmo número quando se refere a reitores. Logo, cinco reitores compreendem 13% desta realidade. Dentro de cada região do país, a seleção do reitor a ser entrevistado foi feita pelo critério de acessibilidade e disponibilidade por parte do entrevistado. O tipo de entrevista utilizada foi a semiestruturada, por ser aquela que parte de alguns questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, e que, posteriormente, oferecem amplo campo de novas interrogativas e novas hipóteses. A partir das fontes buscadas, foi efetuada uma análise dos materiais, considerando as categorias totalidade, contradição e mediação.

### **OS PRESSUPOSTOS POLÍTICOS DA FORMAÇÃO DOCENTE NOS INSTITUTOS FEDERAIS**

Buscando analisar os pressupostos políticos que permeiam a consolidação dos Institutos Federais como formadores de professores, a partir de suas concepções ideológicas, foram selecionados, além da Lei nº 11.892/2008, que cria os IF, os documentos veiculados pelo portal eletrônico do Ministério da Educação, disponíveis do sítio eletrônico da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC. Desta seleção, seis documentos, produzidos e publicados pela SETEC, traziam concepções políticas para os cursos de licenciaturas dentro dos Institutos Federais. Os documentos são:

- Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica (PACHECO, [2010]);
- A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica (PEREIRA, 2009);
- Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões (SILVA, 2009);
- Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2009]);
- Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010);
- Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (PEREIRA, [2009]).

Essas publicações visam esclarecer o papel dos Institutos Federais, ressaltando suas potencialidades. Desta forma, os documentos analisados expressam uma preocupação com a forma que pode se dar o entendimento dessa ação política, que realiza a criação e ampliação dos Institutos Federais, e conseqüentemente com a consolidação deste como *locus* de formação de professores.

Para obter um maior suporte sobre as concepções políticas que estão sendo trabalhadas no âmbito da formação docente nos Institutos Federais, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os reitores dos IF, delimitando-se um reitor por região do país, resultando no número de cinco gestores. Sendo assim, um reitor de cada região brasileira (norte, nordeste, centro-oeste, sudeste e sul) participou da pesquisa. Com a devida autorização, as entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas.

Nos documentos selecionados e na fala dos reitores é ressaltado que a expansão dos IF garante a presença do Estado nas políticas educacionais no campo da escolarização e da profissionalização. E que isso demonstra a defesa de que é papel do Estado promover a educação, indo contra as concepções neoliberais que pregam a educação como aspecto não fundamental, portanto não sendo obrigação estatal. A crescente expansão dos Institutos Federais, deflagrada no governo Lula, demonstra que houve uma mudança na ideologia política em comparação ao governo anterior. No entanto, é preciso compreender essas ideologias, para que não sejam feitas constatações superficiais, em especial no contexto da formação de professores. É importante atentar a que tipo de formação está sendo defendida, e a quais princípios está atendendo. Nesse sentido, predispõe-se uma análise dos pressupostos políticos que fundam os discursos sobre os IF como *locus* de formação de professores, partindo do entendimento que *pressupostos* são ideias não expressas de maneira explícita, mas que podem ser percebidas a partir de certas palavras ou expressões utilizadas.

## OS INTERESSES POLÍTICOS

Para perceber os interesses políticos que determinam a formação docente oferecida pelos Institutos Federais, volta-se a atenção aos textos e falas que discursam sobre as ações educacionais decorrentes da expansão e consolidação dos IF. Desta forma, foram identificados: a interiorização da educação, com o conseqüente desenvolvimento local e regional; foco tecnológico e pragmático para a educação; uma instituição que permita a construção de itinerários formativos; aproveitamento de infraestrutura e de corpo docente da educação técnica-profissional para a formação de professores; diversificação da formação de professores; e proximidade do mercado, como se destrincha, a seguir.

A interiorização da educação, realizada pela expansão dos Institutos Federais, é vinculada, nos materiais analisados, ao desenvolvimento local e regional. A interiorização da educação ocorre com a criação de novos Institutos Federais e seus respectivos *campi* em regiões menos desenvolvidas economicamente, facilitando o acesso aos estudos que antes demandariam um deslocamento para as grandes cidades. Sobre a ação de formar professores em regiões interioranas, é dito que isso poderia garantir a qualidade do ensino necessária à região. Nota-se, nos discursos das entrevistas, a ideia de que no interior é mais difícil ter professores, especialmente nas ciências da natureza e da matemática. E que por isso, a ação dos IF, em formar professores em regiões menos populosas, seria fundamental.

Nos documentos *A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica* (PEREIRA, 2009); e *Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2009]), além das entrevistas realizadas, é sugerido que os cursos de licenciatura dos Institutos Federais destinem-se à própria educação profissional e tecnológica,



como se explicita a seguir: “*eu acho que os IF devem levar em consideração também as licenciaturas nas áreas de tecnologia, então uma licenciatura, por exemplo, na área de eletrônica, de eletrotécnica, acho que isso é importante também pra região*” (Reitor C, 2012). Considera-se, neste ponto, que os IF poderiam aliar saberes, pois possuem a prática da educação profissional e tecnológica. Porém, a política e orientações para a formação do professor das disciplinas específicas da educação profissional e tecnológica não são esclarecidas nos documentos analisados. Contraditoriamente, os documentos demonstram, de forma mais evidente, que é preciso que os IF formem professores para a educação básica, preferencialmente nas áreas das ciências e da matemática.

Sobre a arquitetura curricular dos IF, esta é apontada como sendo singular, por possui:

[...] flexibilidade para instituir itinerários formativos que permitam um diálogo rico e diverso em seu interior e a integração das diferentes etapas da educação básica e do ensino superior, da educação profissional e tecnológica, além de instalar possibilidades de educação continuada, aspecto decorrente da dinâmica da realidade produtiva. Esse tipo de concepção curricular cria perspectivas favoráveis quando se trata da formação dos profissionais da educação” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2009], p. 02)

A possibilidade da verticalização, como itinerário formativo, surge como um importante diferenciador dos Institutos Federais em relação a outras instituições. Nesse sentido, o aluno do IF percorre os diferentes níveis da educação profissional e tecnológica. No entanto, esta questão gera dúvidas quanto ao ingresso do estudante: o aluno de um curso de nível médio já possui garantida a sua vaga em curso superior? Cabe aos IF abrirem cursos em diferentes níveis e em mesma área educativa? Essas e outras questões demonstram que o itinerário formativo a ser executado pelo Instituto Federal não possui sua realização de forma clara. E ainda, não há indícios se esse percurso discente realmente ocorre.

A perspectiva mercadológica surge no trecho destacado acima, sobre a formação continuada ser um aspecto *decorrente da dinâmica da realidade produtiva*. Por *dinâmica da realidade produtiva* pode se entender alta rotatividade de trabalhadores, sendo a realidade do desemprego uma ameaça real para aqueles que não buscam se qualificar (ANTUNES, 2002). Em poucas palavras surge a concepção da educação como meio de angariar e manter a empregabilidade, e ainda, como responsabilidade do indivíduo.

Ainda sobre a estrutura curricular, há a afirmação de que os IF possuem a flexibilidade necessária para oferecer aos egressos mais de uma habilitação, quando possível. É sugerido, como formação inicial, um curso de bacharelado com base em uma das áreas das ciências, onde o aluno se formaria primeiramente. Dois documentos, com o parágrafo idêntico, explicam:

A vinculação estreita entre as ciências e a tecnologia, em diversas áreas, é capaz de gerar uma concepção da formação que se configure num programa ou ciclo inicial, tendo como base cada uma das áreas das ciências, configuração que pode trazer caráter de terminalidade, como bacharelado. A partir de então, seria possível ao aluno o encaminhamento para os cursos de licenciatura (Biologia, Física, Matemática, Química e afins), ou para os cursos de tecnologia, ou ainda para as engenharias, etapa em que se dá a produção de conhecimento mais específico em determinada área (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 31; PACHECO, [2010], p.20).

Esse parágrafo propõe uma formação de professores a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, sendo a formação pedagógica um adendo destas áreas. O que cria uma atmosfera de aproveitamento de formações, com o conhecimento pedagógico sendo um bloco que pode ser anexado a um conhecimento específico. O que vai contra a defesa de uma formação que seja pensada a partir da função social própria da escolarização (GATTI; BARRETO, 2009, p. 257).

Sobre aproveitar questões pré-existentes, a infraestrutura e recursos humanos destinados à educação técnica surgem como vantajosos para serem utilizados também para a formação docente. O uso compartilhado dos espaços para

diferentes níveis – e diferentes objetivos – da formação é apontado como uma vantagem dos Institutos Federais.

Dentre essa e outras vantagens apresentadas, os discursos da formação de professores nos Institutos Federais demonstram o interesse em uma ampliação da formação não universitária. E a universidade é acusada por negligenciar a formação de professores em seu espaço, dando prioridade a cursos com maior *status quo*, tais como os bacharelados. Nesse sentido, os IF surgem como uma medida compensatória da “falha” universitária. Portanto os IF seriam uma solução alternativa, e ao mesmo tempo são apresentados como sendo o espaço apropriado para a expansão da formação do professor que seja coerente com as necessidades do mercado, na perspectiva de cobrir demandas, com formação utilitarista, por ser pragmática.

O documento *Institutos Federais: Lei nº 11.892 de 29/12/2008 – Comentários e reflexões* (SILVA, 2009) afirma que a importância do desenvolvimento tecnológico pôde ser observada durante o processo de nascimento e expansão do sistema capitalista, ressaltando o movimento burguês:

Basta lembrar que o desenvolvimento tecnológico está associado ao processo de nascimento e expansão do sistema capitalista. A desagregação feudal, com o conseqüente declínio da hegemonia ideológica da Igreja, permitiu o crescimento de uma burguesia ávida de compreender os fenômenos da natureza e da sociedade, possibilitando o primado da razão sobre a fé e criando condições para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, elementos decisivos para o fim do feudalismo e o crescimento do capitalismo (SILVA, 2009, 17).

Portanto, o documento associa o desenvolvimento tecnológico ao surgimento do capitalismo. Pode-se entender, então, que os IF tem uma relação orgânica com o sistema capitalista, por possuírem como função prioritária o desenvolvimento tecnológico, entendido como produção.

A partir dessa visualização dos interesses políticos que circundam a formação de professores ofertada pelos Institutos Federais, questiona-se qual o papel do professor formado pelos IF para atender a esses interesses, o que incide na

concepção de formação de professores a ser consolidada nos Institutos Federais.

#### **AS ANUNCIACÕES DISCURSIVAS:** uma aproximação dos pressupostos políticos

Há, nos discursos, um forte apelo de que os Institutos Federais, e a formação de professores neste espaço, podem corroborar para a inclusão social emancipatória. No entanto, essa afirmação revela-se superficial, pois não há fundamentos que a sustentem. O que se transparece é o entendimento de que, ao promover desenvolvimento socioeconômico, os IF estariam proporcionando uma emancipação. Essa concepção reduz a emancipação do indivíduo ao desenvolvimento socioeconômico de uma região.

Um dos documentos analisados apresenta, como seu objetivo, garantir, para os cursos de licenciaturas “a construção de sólidas bases profissionais para uma formação docente sintonizada com a flexibilidade exigida pela sociedade atual, numa perspectiva integradora, dialógica e emancipatória, comprometida com a inclusão social” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2009], p. 03). Contudo, não há elementos que demonstrem a que se referem essas *sólidas bases*. A *flexibilidade exigida pela sociedade atual* se relaciona com as atuais necessidades da produção capitalista (ANTUNES, 2002), realizando uma naturalização do capitalismo como sociedade atual, dificultando a compreensão histórica dos fatores que levam a uma necessidade da flexibilidade. Além disso, sem realizar uma discussão do que seria, e como seria, uma *perspectiva integradora, dialógica e emancipatória, comprometida com a inclusão social*, esse discurso torna-se vazio, objeto de retórica apenas.

Um trecho de um documento analisado, que se refere ao perfil do professor a ser formado pelos IF, demonstra, de forma evidente, o esvaziamento dos significados que o discurso político realiza. Nesse caso, o documento diz que o professor deve “apresentar domínio teórico-prático inter e transdisciplinar na

perspectiva de acompanhar criticamente as mudanças que vêm ocorrendo, principalmente a partir das últimas décadas do século XX, alterando de forma significativa a realidade geossocial;” (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, [2009], p. 09). A partir daí, surgem algumas questões: A que se refere esse *domínio teórico-prático*? Além disso, *inter e transdisciplinar* são concepções curriculares com características próprias, e mesmo assim não garantem um acompanhamento crítico. A que *mudanças que vêm ocorrendo* o texto se refere? Muitas transformações aconteceram nas *últimas décadas do século XX*, no âmbito político, social, econômico etc. E, por fim, o que se entende pela nossa atual *realidade geossocial*? O texto não nos esclarece essas questões. Esta concepção de perfil do professor, apesar da combinação de várias palavras, não traz um significado concreto.

Os discursos hegemônicos que preenchem os tópicos orientadores da formação do professor para a educação profissional e tecnológica garantem estar tratando de uma forma inovadora de educação. Podem-se observar afirmações tais como “compreensão de que a figura central de todo e qualquer processo educativo é o ser humano com suas coerências e incoerências [...]” e “[...] reflexão permanente acerca dos riscos e benefícios das práticas científico-tecnológicas” (PEREIRA, 2009, p. 8), que são anunciações com apelo estético, porém sem transmitir uma mensagem propriamente dita. O que demonstram que a retórica realiza, nos discursos políticos, uma falsa impressão de que está acontecendo uma inovação educacional, que irá mudar a realidade da educação no país.

Considerando a interiorização dos Institutos Federais, seus cursos que formam professores não são exclusividade das grandes cidades, atendendo também regiões com menor dinâmica econômica. E os IF se propõem, nos discursos, a aquecer a economia destas regiões. E para isso, pretendem incrementar a qualificação profissional dos cidadãos interioranos, atendendo ao mercado que almeja instaurar-se nestas regiões.

Desta forma, a expansão dos IF promove a interiorização da educação, contrabalançando a predominância da oferta nas capitais e principais centros urbanos. No entanto, os discursos atribuem aos IF a responsabilidade da melhoria do padrão de vida da população de regiões geograficamente delimitadas. E a forma como isso se realizaria seria por meio do desenvolvimento local e regional. Em outras palavras, é dito que os IF, ao qualificarem trabalhadores para atuar em potencialidades locais, estariam desenvolvendo a região economicamente, e conseqüentemente socialmente. Entretanto, o desenvolvimento econômico, no sistema capitalista, não garante o acompanhamento do desenvolvimento social. Uma das principais características do capitalismo é a desigualdade social (ANTUNES, 2002).

O destaque para a área de ciências da natureza e da matemática, na formação do professor a ser realizada pelos IF, é apontado como crucial, tendo em vista a carência de professores. A inconsistência da afirmação relaciona-se à abertura de cursos para cobrir o *déficit* de professores, enquanto nos próprios discursos há apontamentos que essa escassez docente se relaciona com a desvalorização da profissão, principalmente na questão salarial. Neste sentido, afirmam Gatti e Barreto (2009, p. 239-40):

[...] é preciso lembrar que carreiras pouco atraentes do ponto de vista salarial acabam por não ser objeto de procura entre as novas gerações [...] O salário inicial de professores no geral tem sido baixo quando comparado a outras profissões que exigem formação superior [...], e isso tem peso sobre as características de procura por esse trabalho.

Logo, utilizam-se no texto questões-chave da luta profissional para a valorização da profissão professor, sem, no entanto, apontar alguma ação correlacionada. A medida observável é apenas o aumento do número dos cursos. Mais que isso: a normativa dos IF de oferecerem formação de professores, primordialmente nas áreas da ciência e da matemática, é exaltada como a solução para resolver a carência de professores.

Além disso, a atenção à escassez de professores, como definidora da oferta dos IF, mostra que eles estão sendo utilizados pra encobrir uma demanda da sociedade, sem necessariamente a formação de professores relacionar-se com uma vocação dos IF. O incentivo da consolidação dos Institutos Federais como *locus* de formação docente é decorrente de uma necessidade externa. Nesse sentido, o fator determinante para a abertura de cursos de licenciatura é a demanda.

Desta forma, os discursos das entrevistas denotam os Institutos Federais como a solução de uma carência deixada pelas universidades. Sendo assim, os IF deveriam suprir uma omissão destas, que teriam se desobrigado da função de formar professores. Os Institutos Federais, então, teriam sido solicitados para cobrir um vazio que a universidade não teria conseguido preencher, em relação à escassez docente. Na fala de um dos entrevistados “*o governo entendeu os Institutos Federais como uma nova possibilidade pra tentar evitar um colapso gerado pela falta de professores, já que as universidades se focam nos cursos de maior procura e status, além da pesquisa e extensão*” (Reitor E, 2012). Ou seja, a universidade é considerada, nessas falas, como o local apropriado para promover a formação de professores. Mas, como não estão realizando, os Institutos Federais foram incumbidos de executar essa tarefa. E isso seria, portanto, decorrente de uma pressão política.

Retoma-se que esta é uma coação política que pode não alcançar o final desejado, que seria solucionar a falta de professores com a formação adequada. Pois, como afirma Gatti e Barreto (2009, p. 256):

[...] quando os alunos das licenciaturas foram indagados sobre a principal razão que os levou a optarem pela licenciatura, 65% dos alunos de Pedagogia atribuem a escolha ao fato de querer ser professor, ao passo que esse percentual cai para aproximadamente a metade dos demais licenciandos. Mesmo tendo os licenciandos da Pedagogia, em maioria, declarado ter optado de fato pelo magistério, não é desprezível o contingente de 35% que não opta por essa carreira, mesmo fazendo o curso.

Nesse sentido, a justificativa de cobrir um buraco deixado pelas universidades não parece mais fazer sentido, pois o problema da falta de professores não está na falta de cursos. Mas quando, hipoteticamente, se justifica que os IF devem passar a formar professores, pois nessas instituições a formação pode, mais facilmente, ser oferecida de forma pragmática, em consonância com as necessidades do modelo capitalista, a consolidação dos IF como *locus* de formação de professores parece fazer mais sentido.

É clarificado, nos discursos dos reitores, que o foco dos IF é o ensino técnico. E que as licenciaturas têm apenas uma parte reservada na oferta de vagas. Ou seja, independente dos outros níveis onde os IF podem agir, os planejamentos, as ações e as avaliações direcionadas para os IF, terão, no ensino técnico, sua prioridade. Portanto, as licenciaturas surgem como uma parcela reservada de vagas. Mas se essa reserva é apropriada ou não, é um ponto de divergência dos locutores. Há desacordo entre as falas dos reitores se é papel dos IF oferecer licenciatura ou não, como pode ser observado a seguir: *“Olha, o seguinte, primeiro que foi garantido os 50% dos cursos técnicos integrados, essa é nossa história, essa é nossa vida, que a gente não pode perder o foco, e eu acho que deslocando 20% da nossa matrícula pra licenciatura, dá também uma resposta positiva”* (Reitor A, 2012). De forma mais explicativa, defendendo os IF como locus de formação docente:

Há quem diga, e foi muito comum [...] vários debates sobre se era esse o papel nosso, ou não. Então eu dizia sempre que nós tínhamos que enxergar que o professor é um trabalhador, e se o nosso papel de formar trabalhadores tá muito bem feito, e se a gente pode potencializar esse nosso trabalho formando multiplicadores de trabalhadores, que é o caso do professor, né, principalmente o professor da rede pública, eu acho que tá muito bem colocado, acho que é um desafio para os institutos federais [...] (Reitor B, 2012)

Sendo contrária a normativa dos IF oferecerem formação de professores, têm-se as falas:

[...] à princípio me parece uma postura coerente do MEC porque os dados apontam pra um eminente apagão de formação de



professores, principalmente pra ensino médio e nessas carreiras específicas. O problema é que não adianta você trabalhar com esses dados estatísticos, mas onde não há um estímulo pra que as pessoas sigam essa carreira profissional,[...] Então você não vai resolver isso, repito, pra mim é fato, existe sim uma eminência de apagão, uma ausência de professores, só que você não vai resolver isso apenas ampliando a oferta de vagas (Reitor D, 2012).

[...] eu até te diria que eu acho a ideia boa, mas eu continuo achando que não é papel dos institutos federais. Eu, particularmente, não acho que seja o papel dos institutos federais. Eu acho que as licenciaturas elas estão bem estigmatizadas, assim, na questão da universidade, né, porque elas têm um condão forte da área pedagógica e acadêmica, eu temo que as licenciaturas possam se tornar cursos, assim, de massa, no sentido de querer arrematar o maior número de matrículas, não vejo nosso perfil apropriado pra licenciaturas, nós temos um perfil técnico/tecnológico [...] (Reitor E, 2012).

Essa divergência de opiniões também aparece no fato de que a oferta de licenciaturas nos IF proporciona a presença de profissionais na área das ciências humanas em todos os Institutos Federais. Existe uma consideração de que essa presença engrandece os IF, na perspectiva de uma educação emancipatória: “[...] eu acredito que a incorporação de novos profissionais pra dar conta dessa formação das licenciaturas foi muito saudável para o instituto, você traz profissionais da área pedagógica, né, que vão trabalhar [...]” (Reitor D, 2012). Mas também há uma ponderação de que estes professores ocupam vagas que poderiam ser preenchidas por profissionais da área tecnológica, que estariam voltados para principal missão dos IF, e que isso retira o foco dos IF, que é o ensino técnico: “[...] o próprio histórico nosso, o nosso perfil, as licenciaturas demandam a vinda de mais professores nessas áreas, e muitas vezes em detrimento a cursos técnicos ou de tecnologia, porque é limitado o número de quadro [...]” (Reitor E, 2012).

Nesta última fala, denota-se, portanto, uma incompatibilidade entre a característica primordial das instituições que originam os IF e a função de formar professores. E que um ou outro precisa ser modificado: ou a instituição se transforma ou a formação de professores neste *locus* será diferenciada. O que se transparece é que será a formação de professores o alvo da

modificação. Pois é dito que, o próprio ambiente dos IF, que é profissional e tecnológico, promoverá uma diferenciação nessas licenciaturas. Além disso, a função de formar professores, nos discursos que afirmam sua adequação a esse *locus*, é caracterizada por se tratar da formação de um trabalhador. Se os IF derivam de instituições que formam trabalhadores, e sendo o professor um trabalhador, formar professores significaria potencializar essa função, pois, retomando a fala já citada de um dos entrevistados, professores são *multiplicadores de trabalhadores* (Reitor B, 2012). A partir desta fala, pode-se enxergar uma tendência utilitarista para a formação de professores.

Tem-se, desta forma, uma medida que visa aumentar o número de docentes, obtendo, em contrapartida, uma diminuição dos alcances que essa educação poderia proporcionar. Nesse sentido, explica Duarte (2001, p. 06)

Em outras palavras, ao mesmo tempo em que o processo produtivo exige a elevação do nível intelectual dos trabalhadores para que estes possam acompanhar as mudanças tecnológicas, essa elevação do nível intelectual precisa, sob a ótica das classes dominantes, ser limitada aos aspectos mais imediatamente atrelados ao processo de reprodução da força de trabalho, evitando-se a todo custo que o domínio do conhecimento venha a tornar-se um instrumento de luta por uma radical transformação das relações sociais de produção.

A partir daí, cabe ao treinamento, no lugar da formação, capacitar o professor para realizar sua função. Assim, a escola é não só aparelho ideológico do Estado, mas aparelho de produção de mão de obra intelectualmente capacitada no limite de sua serventia ao mercado. Não mais que isso, para que não ameace a ordem capitalista.

Assume-se, nos documentos, que houve um momento, no passado, em que as instituições federais de educação profissional possuíam uma concepção de formação centrada nas demandas do mercado, com a hegemonia ditada pelo desenvolvimento industrial, assumindo um caráter pragmático e circunstancial. A forma como esse discurso aparece tenta evidenciar que essa característica já não existe mais. Como forma de demonstrar que realmente se trata de uma

nova etapa da educação profissional e tecnológica, afirma-se, nos documentos, que os IF se estabelecem na superação da histórica subordinação ao poder econômico. Porém, surgem passagens que ditam ser preocupação dos IF a atual carência de trabalhadores qualificados, devido à exigência do novo contexto do mundo do trabalho. Ou seja, o *toyotismo*<sup>2</sup>, que exige um profissional mais qualificado (ANTUNES, 2002). Transparece-se que, apesar da tentativa de demonstrar que os Institutos Federais não possuem serventia ao mercado de trabalho, a principal preocupação ainda é esta, e o que mudou, apenas, foram as exigências do mercado.

Há, de forma clara, a afirmação que a educação profissional e tecnológica é muito marcada pelo *fazer*, ou seja, pela prática. A formação de professores, por estar imersa neste *locus*, teria atribuída a si um visão pragmática do conhecimento. Percebe-se a intenção de que os IF realizem uma *curvatura da vara*<sup>3</sup> em relação à predominância teórica nos cursos de formação. No entanto, considerando a imersão num Estado capitalista, em que a produção mercadológica define os interesses educacionais, essa curvatura para o pragmatismo corre o risco de não proporcionar o alcance do equilíbrio da questão teoria/prática educacional, comprometendo o desenvolvimento da *práxis*. Afinal, o pragmatismo torna a educação utilitária, dificultando a análise crítica das situações (MORAES, 2003), o que é necessário para se perdurar o sistema capitalista. Nesse sentido, defende-se, aqui, a retomada do debate sobre a importância do desenvolvimento educacional sobre uma forte base teórica, percebendo que o pragmatismo não garante o posterior equilíbrio, pelo contrário, torna a educação instrumento do mercado.

Os interesses políticos da formação realizada nos Institutos Federais perpassam questões gerenciais, assim como reformas na concepção de

---

<sup>2</sup> Termo utilizado para explicar as novas configurações da produção mercantil, se referindo à prática realizada pela empresa multinacional *Toyota Motor Corporation*.

<sup>3</sup> Termo usado por Lênin, explicando que, quando uma vara está torta, é preciso puxá-la para o lado oposto, e assim ela poderia alcançar seu equilíbrio. Disponível em <<http://www.sivalfilosofia.no.comunidades.net/index.php?pagina=1012649191>> Acesso em 12 jul. 2012.

formação. É perceptível que se pretende aproveitar a estrutura técnica da formação, inserindo a parte pedagógica, partindo do pressuposto de que não se precisa de grandes transformações para inserir a formação de professor em um espaço de formação tradicionalmente técnica. E junto a isso, almeja-se aumentar o número de professores, não necessariamente formados por universidades. Afinal, as universidades priorizam questões que não são primordiais para a manutenção do sistema, tais como a formação para a pesquisa acadêmica e a valorização do conhecimento teórico. Logo, os Institutos Federais surgem como um espaço de possibilidades, para uma formação mais conectada com as demandas educacionais em prol do desenvolvimento econômico do país, dentro dos moldes capitalistas.

Estas medidas denotam uma nova configuração da educação e da formação do professor, com objetivo do desenvolvimento econômico do país, por meio da educação que se afina com as necessidades do mercado. Ou seja, um desenvolvimento dentro dos moldes capitalistas, mas retomando o Estado como promotor desse desenvolvimento. Portanto, permanecem nas ideologias de classes dominantes, já naturalizadas, que pregam a qualificação profissional do indivíduo como forma de ascender no sistema, sem transformá-lo.

O documento *Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica*, que traz o IF como uma *revolução* na educação profissional e tecnológica, aponta que a educação foi atingida por políticas neoliberais, mas que, nesse momento de implantação dos IF, o governo estaria indo contra as concepções neoliberais. E que, neste contexto, a educação é vista como política social capaz de emancipar:

A Rede Federal, por sua excelência e vínculos com a sociedade produtiva, tem condições de protagonizar um Projeto Político-Pedagógico inovador, progressista e capaz de construir novos sujeitos históricos, capazes de se inserir no mundo do trabalho, compreendendo-o e transformando-o na direção de um novo mundo possível, capaz de superar a barbárie neoliberal e restabelecer o ideal da modernidade de liberdade, igualdade e fraternidade, sob a ótica das novas possibilidades abertas à humanidade neste princípio de século (PACHECO, [2010], p. 8).

No entanto, ressalta-se que, entre realizar a valorização da educação pública e estabelecer um espaço de crítica à realidade, há uma série de necessidades que não são consideradas nos discursos sobre os IF. Além disso, o trecho citado coloca o indivíduo como responsável pela sua inserção no mundo do trabalho, e pela transformação do mundo, conceitos que trazem a responsabilidade de mudanças para o sujeito individual, característica do discurso neoliberal.

Os Institutos Federais são anunciados como uma novidade, uma inovação, ou até mesmo uma revolução para a educação profissional e tecnológica. Os textos abordam intensivamente sua potencialidade para a transformação e justiça social. Ao mesmo tempo indicam sua prioridade integrada ao capitalismo moderno, de formação de mão de obra qualificada para o desenvolvimento do país. Denota-se que a mudança enfatizada, de fato, converge para a nova configuração do trabalho, em tempos de base de produção *toyotista*, substituindo a antiga concepção *fordista/taylorista*<sup>4</sup> (ANTUNES, 2002). Uma mudança, que seria capaz de alterar o metabolismo social do capital, não foi proposta nos discursos.

Interessante notar que, apesar de não haver propostas para mudanças desse tipo, há expectativas de resultados de uma transformação social. Ou seja, sem se propor uma verdadeira transformação social, esperam-se resultados transformadores: combate às desigualdades estruturais de toda ordem; garantia de perenidade das ações que visem incorporar setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização, entre outros.

Essa expectativa de resultados transformadores também denota uma concepção redentora da educação, e em especial dos Institutos Federais. O

---

<sup>4</sup> Trata-se de uma forma de racionalização da produção capitalista baseada em inovações técnicas e organizacionais que se articulam tendo em vista, de um lado a produção em massa e, do outro, o consumo em massa.

que converge à crítica de Frigotto (2010), sobre uma errônea crença de que o Brasil encontra seu caminho para o desenvolvimento e eliminação das desigualdades, não pelo incentivo ao conflito de classes, mas pela equalização do acesso à escola e pelo alto investimento em educação.

No entanto, a escola, por ser produto de uma sociedade, refletindo suas condições e relações, possui uma atividade contra-hegemônica limitada. Os Institutos Federais não poderiam, portanto, anunciar sua responsabilidade com transformações sociais, menos ainda quando se refere à esfera econômica. Habilitar pessoas para o trabalho limita-se em aumentar as chances de empregabilidade e desenvolver o mundo do trabalho. Reconhece-se a importância disto. Mas, para ser alterada, a configuração econômico-social precisa de maiores iniciativas. Defende-se, aqui, que a responsabilidade de uma instituição educativa volte-se para a produção de conhecimento, e que revele criticamente a realidade. A partir desta prerrogativa a escola pode ser a fonte propulsora de um conhecimento da realidade que abranja sua totalidade, suas contradições e seu movimento, de forma que o indivíduo formado tenha condições de movimentar-se pelas diferentes classes sociais e que tenha as ferramentas necessárias para escolher que tipo de sociedade quer viver, e lutar por ela. A formação utilitarista, com vista à empregabilidade e com foco de desenvolvimento do mercado, torna obscura as potencialidades de emancipação do indivíduo.

As ideologias indicadas na função dos IF convergem com a análise de Frigotto (2010, p. 20), que afirma que a educação no Brasil foi sendo abstraída das relações de poder, passando a definir-se como uma técnica de preparar recursos humanos para o processo de produção. Essa concepção da educação constitui-se como um fetiche, sobre a ideia de que uma vez adquirida, independente das relações de classe, seria capaz de operar o milagre da equalização social, econômica e política. Desta forma, os Institutos Federais são anunciados como a resolução de problemas sociais, sem, no entanto,

proporem-se a discutir as questões de classe. Nesse sentido, pode-se afirmar que a preeminência do mercado ainda é o foco das ações educacionais.

Desta forma, afirma-se, nos discursos políticos, pretender ultrapassar as propostas de licenciaturas até então ofertadas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010, p. 30). O que aparenta tratar de uma concepção inovadora. Mas o que sugere, de fato, é uma reforma. Em prol das necessidades do sistema capitalista. Mesmo a aparência de a expansão dos Institutos Federais não ser uma medida neoliberal, considerando Frigotto (2010), quando se promove o mercado a *deus regulador* do conjunto das relações sociais, a ideologia fundante é neoliberal. Portanto, em sua essência, encoberta pelos discursos, essa medida não se desvencilha de sua ideologia neoliberal, pois o mercado é posto como definidor da oferta educativa dos Institutos Federais.

#### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No decorrer da pesquisa, foi possível apreender que a expansão dos Institutos Federais, na atuação de nível superior e na formação de professores, responde a muito mais do que ampliação de cursos: os Institutos Federais representam a possibilidade de novo tipo de educação, mais adequado às necessidades do sistema econômico. Pois, considerando sua disponibilidade em responder demandas do mercado e seus discursos ideológicos, nos Institutos Federais é possível encontrar um espaço apropriado para se realizar uma educação que se adéqua ao modelo neoliberal. Ou seja, os IF estão baseados, politicamente, em discursos que favorecem a ideia de que a educação precisa ser mais pragmática, mais operacional, o que pode significar a diminuição de uma construção crítica da realidade. O que ajusta com as orientações dos organismos econômicos internacionais. Desta forma, se esclarecem possíveis interesses políticos que impulsionam a oferta de formação de professores nos Institutos Federais.

Com a consolidação dos IF como um *locus* de formação de professores, o que se pode concluir é que, com as novas exigências do mundo do mercado, a formação de professores também é requerida em um novo modelo, mais pragmático, em consonância com as demandas produtivas, transformando os professores em multiplicadores de trabalhadores, com uma ideologia que favorece a manutenção do sistema capitalista. A partir daí se complementa que a concepção de formação de professores defendida nas orientações políticas, que se referem aos Institutos Federais, se aproxima das concepções pragmáticas, que valorizam de forma mais acentuada o conhecimento técnico.

É preciso reconhecer que, o maior acesso à educação, em sinergia com o mundo da produção, proporciona um maior desenvolvimento econômico para o país, o que pode tirar alguns cidadãos de uma vida sem recursos, logo, sem condições de sobrevivência. Mas esse desenvolvimento econômico encontra seus limites na manutenção de um sistema capitalista, que coloca as necessidades do mundo produtivo acima das necessidades humanas. A educação, dentro desses moldes, atende prioritariamente ao mercado. E o atendimento às necessidades da população viria como uma consequência de um mercado aquecido.

Para que o mercado seja prioritário em relação à população, é necessária uma ideologia que não questione essa classificação de prioridades. Para isso, naturaliza-se que o desenvolvimento econômico tem como consequência o desenvolvimento social, e por isso o foco deve estar no primeiro. Ao se formar professores que entendem que o foco deve estar no desenvolvimento econômico, a educação, de forma geral, garante a manutenção da ideologia capitalista.

A partir dessa análise, percebe-se que a consolidação dos IF como *locus* de formação de professores parte do pressuposto político que o perfil ideológico do professor precisa ser reformado, tornando-se mais objetivo, na direção de um intelectual tradicional, que trabalha para manter a ordem do sistema atual.



Cabe lembrar, ainda, que as considerações dessa pesquisa não podem indicar como ocorre, na prática, a formação de professores nos Institutos Federais, pois isso seria desconsiderar o trabalho dos profissionais que estão inseridos no processo formativo. Afinal, como explica Brzezinski (2010), há o *mundo real*, que seria dos educadores, e o *mundo oficial*, o mundo do sistema educativo.

Partindo deste conceito, os servidores dos Institutos Federais podem trazer, em sua ação, ideários que não compactuam com a formação de um professor pragmático. E, nesse sentido, a ampliação do espaço destinado para a formação dos professores nos Institutos Federais é substancial. Pois, é apenas nessa abertura que existe a possibilidade de ocorrer um movimento em prol da expansão de formação de professores com consciência crítica da realidade socioeconômica.

A partir das considerações que a pesquisa construiu, indica-se um estudo que priorize a pesquisar a prática da formação de professores nos Institutos Federais. Desta forma, seria possível apreender as contradições presentes em uma formação docente que ocorre em um *locus* de formação profissional e tecnológica, recém-concretizado, porém com uma longa trajetória de educação profissional no Brasil.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2002.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem. São Paulo: Hucitec, 2010.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Escassez de professores no ensino médio**: propostas estruturais e emergenciais. MEC/CNE: Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível em

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892 .htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2008/Lei/L11892 .htm)>  
Acesso em: 03 fev. 2014.

- BRZEZINSKI, Iria. Tramitação e desdobramento da LDB/1996: embates entre projetos antagônicos de sociedade e educação. **Trabalho, educação e saúde**. Rio de Janeiro, v. 8, n. 2, p. 185-206, jul./out. 2010.
- CODO, Wanderley, VASQUEZ-MENEZES, Iône. O que é burnout? In: CODO, Wanderley (Coord.). **Educação: carinho e trabalho**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2006.
- DUARTE, Newton. **Vigotski e o “aprender a aprender”**: Críticas às apropriações neoliberais e pós-modernas da teoria vigotskiana. Campinas: Editores Associados, 2001.
- FIDALGO, Nara Luciene R.; FIDALGO, Fernando. Trabalho docente e a lógica produtivista: conformação e subjetividade. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene R. (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas, Papirus, 2009.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e a crise do capitalismo real**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2010.
- GATTI, Bernardete Angelina; BARRETTO Elba Siqueira de Sá (Coords.). **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KUENZER, Acacia Zeneida; CALDAS, Andrea. Trabalho docente : comprometimento e resistência. In: OLIVEIRA, Maria Auxiliadora M.; FIDALGO, Nara Luciene R. (Orgs.). **A intensificação do trabalho docente: tecnologias e produtividade**. Campinas: Papirus, 2009.
- LIMA, Fernanda Bartoly G. de; SILVA, Kátia Augusta C. P. Cordeiro da. As licenciaturas nos Institutos Federais: concepções e pressupostos. In: ENCONTRO ESTADUAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO, 4, 2011, Goiânia. Disponível em <<http://www.ceped.ueg.br/anais/ivedipe/pdfs/didatica/co/40-164-2-SP.pdf>> Acesso em 20 de junho de 2011
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação profissional e Tecnológica. **Contribuições para o processo de construção dos cursos de licenciatura dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**. [2009]. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura\\_05.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/licenciatura_05.pdf)> Acesso em 20 jan. 2012.
- \_\_\_\_\_. **Um novo modelo de educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Brasília: SETEC/MEC, 2010. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> Acesso em 18 mar. 2012.

MORAES, Maria Célia Marcondes de. **Iluminismo às avessas**: produção de conhecimento e políticas de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOURA, Dante Henrique. A Licenciatura nos IFs: em busca de uma Identidade. In: FÓRUM NACIONAL DAS LICENCIATURAS DOS INSTITUTOS FEDERAIS, Natal, 2010. Disponível em <[http://www.ifrn.edu.br/fonalifes/trabalhos/Dante%20Henrique%20Moura.pdf/at\\_download/file](http://www.ifrn.edu.br/fonalifes/trabalhos/Dante%20Henrique%20Moura.pdf/at_download/file)> Acesso em 15 jan. 2013.

PACHECO, Eliezer (org.) **Institutos Federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: SETEC/MEC, [2010]. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=12503&Itemid=841](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12503&Itemid=841)> Acesso em 15 mar. 2012.

PEREIRA, Luiz Caldas. **A formação de professores e a capacitação de trabalhadores da educação profissional e tecnológica**. Brasília: MEC, 2009. Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic\\_ept.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/lic_ept.pdf)> Acesso em 20 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia**. [Brasília: SETEC/MEC], [2009].

Disponível em \_\_\_\_\_ em <[http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos\\_ifet\\_jornal.pdf](http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf)> Acesso em 20 fev. 2014.

SILVA, Caetana Juracy (org.). **Institutos Federais Lei 11.892, de 29/12/2008**: Comentários e Reflexões. Natal: IFRN, 2009. Disponível em <[portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_download&qid=3753&Itemid=](portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&qid=3753&Itemid=)> Acesso em 20 fev. 2014.

SILVA, Kátia A. Curado P. Cordeiro da. **Professores com formação *stricto sensu* e o desenvolvimento da pesquisa na educação básica da rede pública de Goiânia**: realidades, entraves e possibilidades. 2008. 292 p. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, UFG, Goiânia, 2008.

SILVA, Mirna Ribeiro Lima da. Formação de professores nos IFETs: a política educacional e a literatura educacional recente. In: CONGRESSO NORTE-NORDESTE DE PESQUISA E INOVAÇÃO - CONNEPI, 5. **Anais eletrônicos...** Maceió, 2010. Disponível em <<http://connepi.ifal.edu.br/ocs/index.php/connepi/CONNEPI2010/paper/view/File/108/127>> Acesso em 08 de março de 2014.

SOUSA, Aparecida Gasquez; BERALDO, Tânia Maria. Cursos de licenciaturas em ciências naturais nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 9, ENCONTRO SUL BRASILEIRO DE PSICOPEDAGOGIA, 3. **Anais eletrônicos...** Paraná, 2009. p. 10169-10182 Disponível em \_\_\_\_\_

<[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1920\\_1102.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1920_1102.pdf)  
f> Acesso em 06 de junho de 2014.